

SICOOB COCRED COOPERATIVA DE CRÉDITO

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2017**

(NÃO AUDITADAS)



Índice

Balancos patrimoniais	2
Demonstração das sobras	3
Demonstração das mutações no patrimônio líquido	4
Demonstração dos fluxos de caixa	5
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras	
1 Contexto operacional	6
2 Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis	6
3 Caixa e equivalentes de caixa	9
4 Títulos e valores mobiliários	9
5 Relações interfinanceiras	10
6 Operações de crédito	11
7 Créditos Cedidos	14
8 Outros Créditos	14
9 Outros bens e valores a receber	15
10 Investimentos	16
11 Imobilizado	16
12 Intangível	17
13 Depósitos à vista, à prazo e sob aviso	17
14 Recursos de aceites cambiais e letras imobiliárias	18
15 Obrigações por empréstimos e repasses	18
16 Obrigações sociais e estatutárias	20
17 Obrigações fiscais e previdenciárias	20
18 Outras obrigações	20
19 Provisões para contingências	21
20 Patrimônio líquido	22
21 Outros dispêndios administrativos	23
22 Outros ingressos operacionais	23
23 Outros dispêndios operacionais	24
24 Partes relacionadas	24
25 Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo - Sicoob São Paulo	25
26 Instrumentos financeiros	26
27 Gerenciamento de riscos	27
28 Garantias	29
29 Cobertura de seguros	29

Balancos patrimoniais em 30 de junho
 Em milhares de reais

Ativo	Nota	2017	2016	Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2017	2016
Circulante				Circulante			
Disponibilidades	3	6.153	9.434	Depósitos à vista, à prazo e sob aviso	13	1.056.143	996.923
Títulos e valores mobiliários	4	822.471	504.215	Recursos de aceites cambiais e letras imobiliárias	14	380.955	210.669
Relações interfinanceiras	5	25.863	23.579	Relações de interdependência	6	6	3
Operações de crédito	6	905.251	991.364	Obrigações por empréstimos e repasses	15	560.518	555.936
Operações Cedidas	7	23.434		Obrigações sociais e estatutárias	16	9.990	6.550
Outros créditos	8	26.619	32.945	Obrigações fiscais e previdenciárias	17	2.212	1.435
Outros bens e valores a receber	9	134	182	Obrigações por operações vinculadas a cessão	7	23.728	
		<u>1.809.925</u>	<u>1.561.720</u>	Outras obrigações	18	34.033	40.310
						<u>2.067.585</u>	<u>1.811.827</u>
Realizável a longo prazo				Exigível a longo prazo			
Títulos e valores mobiliários	4	65.986	348.243	Obrigações por empréstimos e repasses	15	205.461	400.268
Operações de crédito	6	453.457	433.976	Obrigações sociais e estatutárias	16	1.764	1.872
Outros créditos	8	265.886	209.427	Outras obrigações	18	24	37
Outros bens e valores a receber	9	106.817	51.337	Provisões para contingências	19	160.138	121.525
		<u>892.145</u>	<u>1.042.983</u>			<u>367.387</u>	<u>523.701</u>
Permanente				Patrimônio líquido	20		
Investimentos	10	69.990	64.508	Capital social		250.202	244.249
Imobilizado	11	10.492	9.140	Reserva legal		104.005	94.658
Intangível	12	1.750	2.069	Sobras acumuladas		(4.878)	5.985
		<u>82.232</u>	<u>75.717</u>			<u>349.330</u>	<u>344.892</u>
Total do Ativo		<u><u>2.784.302</u></u>	<u><u>2.680.420</u></u>	Total do passivo e do patrimônio líquido		<u><u>2.784.302</u></u>	<u><u>2.680.420</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das sobras ou perdas em 30 de junho
 Em milhares de reais

	<u>Nota</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Ingressos da intermediação financeira			
Operações de crédito		109.642	110.160
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		46.972	39.475
		<u>156.614</u>	<u>149.635</u>
Dispêndios da intermediação financeira			
Operações de captação no mercado		(64.894)	(61.644)
Operações de empréstimos e repasses		(35.408)	(28.536)
Provisões para perdas com operações de crédito e com outros créditos		(28.523)	(39.601)
		<u>(128.825)</u>	<u>(129.781)</u>
Resultado bruto da intermediação financeira		<u>27.789</u>	<u>19.853</u>
Outros ingressos (dispêndios) operacionais			
Ingressos de prestação de serviços		5.566	3.252
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	26.2	240	(403)
Dispêndios de pessoal, honorários da administração e do Conselho Fiscal		(20.035)	(14.885)
Dispêndios tributários		(1.356)	(490)
Outros dispêndios administrativos	21	(19.485)	(17.684)
Outros ingressos operacionais	22	24.671	33.104
Outros dispêndios operacionais	23	(21.646)	(15.896)
		<u>(32.045)</u>	<u>(13.002)</u>
Resultado operacional		(4.256)	6.851
Despesas não operacionais, líquidas		<u>(61)</u>	<u>(719)</u>
Sobras/ lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		(4.317)	6.133
Imposto de renda e contribuição social		(561)	(149)
Sobras/ lucro líquido do semestre		<u>(4.878)</u>	<u>5.985</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido em 30 de junho
 Em milhares de reais

	<u>Nota</u>	<u>Capital social</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>Sobras acumuladas</u>	<u>Total</u>
Em 31 de dezembro de 2015		248.795	91.866	16.958	357.620
Destinação das sobras de 2015	20.3	5.620	2.792	(9.110)	(698)
Distribuição de sobras				(7.847)	(7.847)
Admissões e retiradas de cooperados, líquidas		(10.166)			(10.166)
Sobras/perdas líquidas do semestre				5.985	5.985
Em 30 de junho de 2016		<u>244.249</u>	<u>94.658</u>	<u>5.985</u>	<u>344.892</u>
Em 31 de dezembro de 2016		245.747	96.958	31.621	374.326
Destinação das sobras de 2016	20.3	9.242	7.048	(17.790)	(1.500)
Distribuição de sobras				(13.831)	(13.831)
Admissões e retiradas de cooperados, líquidas		(4.787)			(4.787)
Sobras/perdas líquidas do semestre				(4.878)	(4.878)
Em 30 de junho de 2017		<u>250.202</u>	<u>104.005</u>	<u>(4.878)</u>	<u>349.330</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa em 30 de junho
 Em milhares de reais

	<u>Nota</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Sobras do semestre		(4.878)	5.985
Ajustes			
Depreciação e amortização	21	1.857	1.666
Provisão para perda com operações de créditos e outros créditos		28.523	39.601
		<u>25.502</u>	<u>47.252</u>
Variações nos ativos e passivos			
Operações de crédito		3.879	(53.294)
Outros créditos		(13.607)	(10.553)
Outros bens e valores a receber		(37.262)	12.560
Títulos e valores mobiliários		72.771	(177.712)
Depósitos à vista, à prazo e sob aviso		(518)	68.479
Recursos de aceites cambiais e letras imobiliárias		82.851	76.054
Obrigações por empréstimos e repasses		(53.087)	81.639
Relações de interdependência		4	(2)
Depósitos judiciais		(14.211)	(7.191)
Obrigações sociais e estatutárias		(235)	80
Outras obrigações		<u>(60.246)</u>	<u>(25.643)</u>
Caixa proveniente das operações		5.841	11.668
Imposto de renda e contribuição social pagos		<u>(561)</u>	<u>(149)</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		<u>5.280</u>	<u>11.521</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aporte de capital em investimentos	10	(3.527)	(2.859)
Recebimentos de investimentos	22	4.093	4.188
Recebimentos pelas vendas de bens do imobilizado		61	
Aquisições de ativo imobilizado		(3.033)	(1.972)
Aquisições de ativo intangível		<u>(90)</u>	<u>(348)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		<u>(2.496)</u>	<u>(990)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Admissões e retiradas de cooperados, líquidas		(4.787)	(10.166)
Sobras distribuídas	20.3	<u>(13.831)</u>	<u>(7.847)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		<u>(18.618)</u>	<u>(18.013)</u>
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		(15.834)	(7.483)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		<u>47.850</u>	<u>40.497</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3	<u><u>32.016</u></u>	<u><u>33.014</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas em 30 de junho de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Contexto operacional

A Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito é uma cooperativa de crédito singular com sede em Sertãozinho - SP, instituição financeira não bancária, fundada em 27 de julho de 1969, filiada à Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo - Sicoob São Paulo (Nota 25) e acionista do Banco Cooperativo do Brasil S/A - BANCOOB.

O Sicoob Cocred possui Postos de Atendimento - PAs nos municípios de Barretos, Barrinha, Bastos, Batatais, Cajobi, Cajuru, Cravinhos, Franca, Jaborandi, Jardinópolis, Marília, Morro Agudo, Ocaucú, Pitangueiras, Pontal, Ribeirão Preto, Santa Rosa do Viterbo, Serrana, Sertãozinho, Severínia, Terra Roxa, Tupã, Vera Cruz e Viradouro. Além dos municípios anteriormente citados, sua área de ação compreende os municípios de Adamantina, Altair, Altinópolis, Álvaro de Carvalho, Bebedouro, Borá, Brodowski, Campos Novos Paulista, Cássia dos Coqueiros, Colina, Colômbia, Dumont, Echaporã, Embauba, Flórida Paulista, Garça, Getulina, Guaimbê, Guaraci, Guariba, Guataparã, Herculândia, Iacri, Icém, Inúbia Paulista, Jaboticabal, Júlio de Mesquita, Lins, Lucélia, Luiz Antônio, Lupércio, Lutécia, Mariápolis, Monte Azul Paulista, Nuporanga, Olímpia, Oriente, Orlandia, Oscar Bressane, Oswaldo Cruz, Paraíso, Parapuã, Paulo de Faria, Pirangi, Pompéia, Pradópolis, Queiróz, Quintana, Rinópolis, Sales de Oliveira, São Simão, Santo Antônio da Alegria, Serra Azul, Taiaçu, Taiuva e Vista Alegre do Alto.

O Sicoob Cocred tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) o desenvolvimento de programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
- (ii) proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados; e
- (iii) a formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.

Em 06 de abril de 2017 mediante assembleia geral extraordinária foi realizada reforma no estatuto social da cooperativa possibilitando a livre admissão, ou seja, a admissão de qualquer pessoa em seu quadro de associados, além da alteração de sua denominação social, de Cooperativa de Crédito dos Produtores Rurais e Empresários do Interior Paulista para Sicoob Cocred Cooperativa de Crédito.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente aquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, tendo sido aprovadas pela administração em 27 de julho de 2017.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Cooperativa no processo de aplicação das políticas contábeis. As demonstrações financeiras da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas-úteis do ativo imobilizado, provisão para

Notas explicativas em 30 de junho de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

perdas nas operações de crédito, provisão para contingências e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

2.2 Descrição das principais políticas contábeis adotadas

As principais políticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações financeiras estão definidas a seguir:

2.2.1 Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com prazo inferior a 90 dias de vencimento.

2.2.2 Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são avaliados pelo custo acrescido dos rendimentos ou valor de realização.

A Circular CMN nº 3.068/01, que trata da classificação dos títulos e valores mobiliários com base em um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos, não se aplica às cooperativas de crédito.

2.2.3 Operações de crédito

As operações de crédito com cláusula de atualização monetária pós-fixada estão registradas pelo valor atualizado "pro rata temporis", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados. A apropriação dos juros é interrompida após vencidas há mais de 60 dias.

A provisão para perdas com operações de crédito é constituída em montante julgado suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, contemplando todos os aspectos determinados na Resolução CMN nº 2.682, que determina a classificação das operações por nível de risco.

2.2.4 Investimentos

Os investimentos são avaliados ao método do custo de aquisição.

2.2.5 Imobilizado

Móveis e utensílios, equipamentos, sistemas de comunicação, equipamentos de processamento de dados e outros, são demonstrados pelo custo de aquisição. As imobilizações em andamento são registradas pelos custos já incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear para baixar o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas divulgadas na Nota 11.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são registrados no Resultado não operacional.

2.2.6 Intangível - Softwares

Os valores registrados no ativo intangível do Sicoob Cocred se referem a softwares adquiridos após setembro de 2008, capitalizados no ativo intangível e amortizados ao longo de sua vida útil estimada.

Notas explicativas em 30 de junho de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.2.7 Redução ao valor recuperável de ativos

Os investimentos, o imobilizado e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil não pode ser recuperável.

2.2.8 Depósitos e captações no mercado

Os recursos provenientes de depósitos (à vista, a prazo e sob aviso) e letras de crédito do agronegócio estão demonstrados pelo valor captado, incluindo as atualizações incorridas, pro rata dia.

2.2.9 Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos e repasses tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis").

2.2.10 Provisão para contingências

Decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas e tributárias. Essas contingências, coerentes com práticas conservadoras adotadas, são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências são classificadas como prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma mais adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si e, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo, e estão classificados no ativo realizável a longo prazo, conforme determinado pela Resolução CMN nº 3.823/09.

2.2.11 Demais ativos e passivos circulante e não circulante

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos.

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

2.2.12 Apuração das sobras

Os ingressos e dispêndios são reconhecidos na demonstração de sobras de acordo com o regime de competência.

2.2.13 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos, de acordo com as alíquotas vigentes para o imposto de renda e para a contribuição social, conforme disposto na Lei 5.764/71.

Notas explicativas em 30 de junho de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os impostos são calculados de acordo com as alíquotas vigentes para o imposto de renda - 15%, acrescida de adicional de 10%, e para a contribuição social - 17%.

O resultado apurado em operações realizadas com atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados, é isento de tributação, conforme dispõe o Regulamento de Imposto de Renda (Decreto-lei 3.000/99).

3 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Disponibilidades	6.153	9.434
Relações interfinanceiras (Nota 5)	<u>25.863</u>	<u>23.579</u>
	<u>32.016</u>	<u>33.014</u>

As disponibilidades, os títulos e valores mobiliários e as relações interfinanceiras são classificadas como caixa e equivalentes de caixa, para fins de apresentação da demonstração dos fluxos de caixa, quando atendidas as determinações da Resolução CMN nº 3.604 (Nota 2.2.1).

4 Títulos e valores mobiliários

<u>Modalidade</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Títulos de renda fixa (i)	255.451	217.291
Recibo de Depósito Cooperativo - RDC (ii)	428.820	430.388
Cotas de fundo de investimento (iii)	51.861	87.245
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	11.606	10.052
Letras do Tesouro Nacional - LTN		1.699
Certificados de Recebíveis Imobiliários (iv)	1.203	
Certificado de Recebíveis do Agronegócio (v)	57.311	52.143
Letras Financeiras - LF		1.282
Cotas de Fundo Multimercado (vi)	52.205	52.359
Cotas de Fundo Direitos Creditórios (vii)	<u>30.000</u>	
	888.457	852.459
Ativo circulante	<u>822.471</u>	<u>504.215</u>
Realizável a longo prazo	<u>65.986</u>	<u>348.243</u>

(i) Os títulos de renda fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificado de Depósito Interbancário – CDI, realizadas no BANCOOB e em bancos de primeira linha.

(ii) Os Recibos de Depósito Cooperativos - RDC referem-se substancialmente a aplicações financeiras mantidas no Sicoob São Paulo (Nota 25.2).

(iii) As Cotas de fundo de investimento referem-se a aplicações financeiras realizadas no BANCOOB e em bancos de primeira linha.

Notas explicativas em 30 de junho de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iv) Os Certificados de Recebíveis Imobiliário – CRI referem-se à cessão de crédito de Cédulas de crédito Bancário – CCBs, líquido das parcelas recebidas.

(v) Os Certificados de Recebíveis do Agronegócio – CRA referem-se à cessão de crédito de cédulas de produtos rural financeiro – CPRFs, líquido das parcelas recebidas.

(vi) O Fundo de investimento multimercado – FIM é um fundo exclusivo do Sicoob Cocred que investe, substancialmente, em um fundo de investimento em participações – FIP, que, por sua vez, investe em ações da Companhia Poá S.A. Essa companhia possui por propósito específico o planejamento, a promoção, o desenvolvimento, a venda e a entrega do empreendimento imobiliário, a ser desenvolvido na cidade de Ribeirão Preto. Essa estrutura foi criada pela Cooperativa com finalidade de viabilizar o processo de venda de bens não de uso próprio. A remuneração desse fundo ocorrerá com a valorização de suas quotas decorrente do resultado apurado na venda dos bens.

(vi) O Fundo de direitos creditórios – FIDC é um fundo exclusivo do Sicoob Cocred que tem por objetivo realizar operações de direitos creditórios advindos de cobrança dos associados.

Os títulos e valores mobiliários estão custodiados na CETIP, no SELIC e as operações com o BANCOOB e Sicoob São Paulo são mantidas pelos respectivos administradores.

Em 30 de junho de 2017, os títulos e valores mobiliários foram contratados com prazo de resgate superior a 90 dias. Os títulos e valores mobiliários classificados no ativo realizável a longo prazo têm sua realização prevista substancialmente para 2018 (2016 - realização prevista substancialmente para 2017).

5 Relações interfinanceiras

<u>Modalidade</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Conta corrente	<u>25.863</u>	<u>23.579</u>

Referem-se a depósitos efetuados na centralização financeira do Sicoob SP, conforme definido na Resolução CMN 3.859, possuem liquidez imediata e remuneração de 95% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário, os quais resultaram-no primeiro semestre 2017, em ingressos no montante de R\$ 1.153 (2016 - R\$ 1.778), registrados em contrapartida de outros ingressos operacionais (Nota 22).

Notas explicativas em 30 de junho de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6 Operações de crédito
6.1 Composição da carteira por modalidade

Modalidade	2017	2016
Adiantamentos a depositantes	5.866	4.189
Cheque especial/ Conta garantida	78.221	91.370
Empréstimos e financiamentos	446.909	438.769
Títulos descontados	72.360	72.510
Financiamentos rurais próprios (i)	50.636	68.021
Financiamentos rurais aplicações obrigatórias (ii)	11.301	25.111
Financiamentos rurais de repasses	756.267	820.586
Renegociações (iii)	38.456	
Provisão para perdas com operações de crédito (Nota 6.3)	(101.309)	(95.215)
	<u>1.358.708</u>	<u>1.425.340</u>
Ativo circulante	<u>905.251</u>	<u>991.364</u>
Realizável a longo prazo	<u><u>453.457</u></u>	<u><u>433.976</u></u>

(i) Incluem renegociações realizadas no período de 2000 a 2003, para o alongamento de dívidas de associados originadas na modalidade de crédito rural, realizadas com base no Programa Especial de Saneamento de Ativos - PESA, no montante de R\$ 33.223 (2016 - R\$ 33.486). Essas operações são garantidas por Títulos do Tesouro Nacional de associados, com vencimento para 2020 a 2023, nas mesmas datas de vencimentos dos ativos.

(ii) Refere-se a operações com recursos lastreados por meio da emissão de Letra de crédito do agronegócio, registrada conforme determinações da Resolução CMN nº 4.497.

(iii) Refere-se a composição de dívida, a prorrogação, novação ou concessão de nova operação para liquidação parcial ou integral de operação anterior, de operações com a origem da carteira de empréstimo e crédito rural realizadas após a implantação do módulo repactuação de dívidas em dez/2016.

6.2 Operações de crédito de longo prazo, por ano de vencimento

Os montantes em longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	2017	2016
2017		267.227
2018	248.306	93.609
2019	95.715	30.666
2020	44.921	12.705
2021 a 2027	64.516	29.770
	<u><u>453.457</u></u>	<u><u>433.976</u></u>

Notas explicativas em 30 de junho de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6.3 Movimentação da provisão para perdas com operações de crédito

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Saldo inicial	89.627	64.945
(-) Créditos baixados para prejuízo	(18.064)	(11.250)
Provisão constituída no semestre	<u>29.746</u>	<u>41.520</u>
Saldo final	<u>101.309</u>	<u>95.215</u>

6.4 Recuperação de créditos anteriormente baixados

A recuperação de créditos anteriormente baixados contra a provisão para perdas montou a R\$ 6.158 no semestre findo em 30 de junho de 2017 (2016 - R\$ 12.281), e foi registrada em contrapartida de outros ingressos operacionais (Nota 22).

Notas explicativas em 30 de junho de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

6.5 Composição da carteira por nível de risco e situação de vencimento

Nível de risco	Provisão	2017			2016		
		Vencidas	A vencer	Total	Vencidas	A vencer	Total
AA	0%						
A	0,5%		867.247	867.247		936.927	936.927
B	1%	3.277	287.891	291.167	13.479	298.626	312.106
C	3%	7.068	96.609	103.677	8.329	92.080	100.408
D	10%	3.530	63.213	66.743	10.725	51.027	61.751
E	30%	6.151	19.152	25.303	2.797	5.183	7.981
F	50%	11.307	40.841	52.148	13.161	21.647	34.808
G	70%	3.438	6.961	10.399	1.826	25.344	27.171
H	100%	24.655	18.677	43.332	23.627	15.777	39.405
		59.427	1.400.591	1.460.017	73.944	1.446.612	1.520.556
Provisão para perdas com operações de crédito		(35.159)	(66.151)	(101.309)	(33.782)	(61.433)	(95.215)
Total		24.268	1.334.440	1.358.708	40.161	1.385.179	1.425.340

Notas explicativas em 30 de junho de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

7 Créditos Cedidos

Refere-se a cessão de Cédulas de produtor rural financeira – CPRFs e Cédulas de crédito bancário – CCBs a uma securitizadora, que destinam-se a viabilizar a emissão de Certificado de recebíveis do agronegócio – CRA e Certificado de recebíveis imobiliários – CRIs, respectivamente, e proporcionar liquidez a Cooperativa. Os saldos dessas operações eram anteriormente registrados apenas em rubricas de compensação, no entanto, considerando que o Sicoob Cocred retém integralmente os riscos dessas operações, os saldos foram registrados no balanço patrimonial em contas de ativo e passivo. O saldo dessas operações em 30 de junho de 2016 era de R\$ 32.788, e por não impactar de maneira relevante as demonstrações financeiras tomadas em seu conjunto, a administração optou por não realizar a reapresentação dos saldos.

<u>Modalidade</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Operações Cedidas	23.728	
Provisão para perdas com operações cedidas	(294)	
	<u>23.434</u>	<u></u>

8 Outros Créditos

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Cédulas de Produto Rural Financeiro - CPRF (i)	7.623	15.328
Títulos e créditos a receber com característica de operações de crédito (ii)	21.481	14.631
Devedores por Compra de Valores e Bens (iii)	117.574	101.473
Depósitos em garantia (Nota 19)	159.262	120.854
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 26.2)	107	1.292
Outros	1.479	1.140
Provisão para perdas (iv)	(15.020)	(12.345)
	<u>292.504</u>	<u>242.372</u>
Ativo circulante	<u>26.619</u>	<u>32.945</u>
Realizável a longo prazo	<u>265.886</u>	<u>209.427</u>

(i) Referem-se a CPRFs adquiridas pelo Sicoob Cocred junto aos seus associados, lastreadas em commodities agrícolas. Esses títulos são remunerados substancialmente, por juros pré-fixados, com vencimentos previsto substancialmente para os exercícios de 2018 (Nota 22).

(ii) Referem-se a renegociações de operações de crédito, as quais serão liquidadas mediante a entrega física de produtos, substancialmente açúcar total recuperável - ATR, em até dez anos. Esses produtos serão recebidos e comercializados pela Cooperativa dos Plantadores de Cana do Oeste

Notas explicativas em 30 de junho de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

do Estado de São Paulo - COPERANA, que assume contratualmente a obrigação de repassar os valores recebidos pelas vendas ao Sicoob Cocred.

- (iii) Referem-se a títulos a receber pela venda de imóveis recebidos em renegociações de dívidas de operações de crédito, atualizados, substancialmente, pela variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP ou pela variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.
- (iv) Refere-se a provisão para perdas na realização das CPRFs e dos títulos de crédito a receber com característica de operações de crédito e devedores por compra de valores bens, constituída de acordo com os termos da Resolução CMN nº 2.682.

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Saldo inicial	16.538	14.897
(-) Créditos baixados para prejuízo		(634)
Provisão constituída no semestre		242
(-) Reversão da provisão	<u>(1.518)</u>	<u>(2.160)</u>
Saldo final	<u><u>15.020</u></u>	<u><u>12.345</u></u>

9 Outros bens e valores a receber

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Bens não de uso próprio (i)	107.388	54.653
(-) Provisão para perdas	(572)	(3.316)
Materiais de uso e consumo	129	177
Despesas antecipadas	<u>5</u>	<u>5</u>
	106.950	51.518
Ativo circulante	<u>134</u>	<u>182</u>
Realizável a longo prazo	<u><u>106.817</u></u>	<u><u>51.337</u></u>

(i) Os bens não de uso próprio referem-se a bens recebidos em pagamentos de operações de crédito renegociadas registrados pelo valor dessas operações e, quando aplicável, reduzidos de provisão para perda na realização, conforme laudos técnicos de avaliação desses bens a valor de mercado.

A partir de novembro de 2014, através da carta circular interna 311/2014 o Sicoob Confederação padronizou a contabilização de entrada de Bens, onde seu registro contábil passou a ser limitado ao valor da dívida registrada na Central de Risco, devendo ser realizada a diferença momento da alienação do bem.

Notas explicativas em 30 de junho de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Investimentos

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo - Sicoob São Paulo	42.763	42.308
Banco Cooperativo do Brasil S.A. - BANCOOB	27.136	22.113
Cooperativa dos Plantadores de Cana do Oeste do Estado de São Paulo - COPERANA	79	77
Outros	13	10
	<u>69.990</u>	<u>64.508</u>

Nos semestres findos em 30 de junho os investimentos tiveram as seguintes movimentações:

	<u>2017</u>		<u>2016</u>	
	<u>Aportes Efetuados</u>	<u>Sobras Distribuídas</u>	<u>Aportes Efetuados</u>	<u>Sobras Distribuídas</u>
Sicoob São Paulo	205	772	250	1.581
BANCOOB	3.319	3.319	2.604	2.604
COPERANA	2	2	3	3
Outros	1		2	
	<u>3.527</u>	<u>4.093</u>	<u>2.859</u>	<u>4.188</u>

11 Imobilizado

	<u>2017</u>			<u>2016</u>	<u>%</u>
	<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>	<u>Taxas anuais de depreciação</u>
Móveis, utensílios e equipamentos	4.757	(2.456)	2.301	2.366	10
Sistemas de comunicação	46	(16)	30	28	10
Equipamentos de processamento de dados	5.349	(3.988)	1.360	1.555	20
Veículos	864	(401)	463	297	20
Sistemas de vigilância	1.303	(928)	374	416	20
Instalações (i)	12.398	(9.306)	3.092	3.274	20
Obras em andamento (ii)	2.872		2.872	1.205	
	<u>27.588</u>	<u>(17.096)</u>	<u>10.492</u>	<u>9.140</u>	

Notas explicativas em 30 de junho de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Refere-se à reclassificação solicitada pelo BACEN dos investimentos em instalações de terceiros, contabilizados anteriormente em ativo diferido, para ativo imobilizado na rubrica instalações, conforme plano de contas do COSIF (Circular 1.273).

(ii) Refere-se a projeto de expansão ou melhoria de P.A.s em andamento.

12 Intangível

	2017		2016		%
	<u>Custo</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Líquido</u>	<u>Líquido</u>	<u>Taxas anuais de amortização</u>
Softwares	5.008	(3.258)	1.750	2.069	10

13 Depósitos à vista, à prazo e sob aviso

	2017	2016
Depósitos à vista	188.644	156.713
Depósitos sob aviso e à prazo	867.499	840.210
	<u>1.056.143</u>	<u>996.923</u>

Os depósitos à vista não são remunerados e os depósitos sob aviso e a prazo são remunerados por encargos financeiros calculados com base em um percentual do CDI - Certificado de Depósitos Interbancários.

Estão garantidos, até o limite de R\$ 250 por CPF ou CNPJ, pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop). Este fundo tem como instituições associadas todas as cooperativas singulares de crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC). Este fundo tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada. A contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125% dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, que considera, os depósitos à vista e a prazo e as letras de crédito do agronegócio, de acordo com a Resolução CMN 4.150/2012. Estatuto e o regulamento do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) foram aprovados pela resolução 4.284/2013 e sua contribuição mensal, calculada com base na carteira de depósitos é classificada como dispêndios de captação.

Notas explicativas em 30 de junho de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

14 Recursos de aceites cambiais e letras imobiliárias

Modalidade	2017	2016
LCA - Juros fixos	4.315	8.272
LCA - Juros variáveis	376.641	202.397
	<u>380.955</u>	<u>210.669</u>

As Letras de Crédito do Agronegócio ("LCA") são títulos emitidos pelo Sicoob Cocred, com garantia em direitos creditórios do agronegócio mantidos em carteira e tem exigibilidade imediata. Conforme Lei nº 11.076, esses títulos são isentos de imposto de renda para as pessoas físicas e também são garantidos pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop – Nota 13).

15 Obrigações por empréstimos e repasses

Modalidade	Encargos financeiros incidentes	2017	2016
Securitização	Juros anuais de 3 %	3.961	4.268
	Agrícola		
	Juros anuais de 5,50 %	14	24
	Juros anuais de 6,50 %	2.721	486.276
	Juros anuais de 6,75 %	724	966
	Juros anuais de 7,75 %	10.773	10.665
	Juros anuais de 8,75 %	355.360	416.380
	Juros anuais de 9,50 %	238.297	
	Juros anuais de 10,00 %	411	
	Juros anuais de 10,50 %		3.142
	Juros anuais de 10,75 %	2.783	
	Juros anuais de 11,25 %	4.292	
	Juros anuais de 11,50 %	112	
	Juros anuais de 12,00 %	674	
	Juros anuais de 12,35 %	3.512	
	Juros anuais de 12,75 %	83.574	
	Juros anuais de 13,95 %	7.595	
	Juros anuais de 14,00 %	468	
	Juros anuais de 14,30 %	11.611	
	Juros anuais de 14,60 %	1.010	
	Juros anuais de TR + 9,5%	38.087	34.484
		<u>765.980</u>	<u>956.204</u>
Passivo circulante		<u>560.518</u>	<u>555.936</u>
Exigível a longo prazo		<u>205.461</u>	<u>400.268</u>

Notas explicativas em 30 de junho de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os montantes de longo prazo possuem a seguinte composição por ano de vencimento:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
2.017		209.543
2.018	179.986	183.232
2.019	20.646	3.225
2.021	829	
2.022	39	
2.025	3.350	3.670
2.026	611	598
	<u>205.461</u>	<u>400.268</u>

As obrigações por empréstimos e repasses são garantidas por penhor, cédulas rurais e avais dos diretores.

15.1 Obrigações por repasses interfinanceiros

Em 18 de setembro de 2015, através da CCI nº 311 o Sicoob Confederação modificou a rubrica contábil de registro das operações de repasses captados junto ao Banco Cooperativo do Brasil S.A. BANCOOB, passando a ser utilizada a nomenclatura “Obrigações por repasses interfinanceiros”.

<u>Modalidade</u>	<u>Encargos financeiros incidentes</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Agrícola	Juros anuais de 5,5% a 14,60 %	676.563	858.830

Os montantes possuem a seguinte composição por ano de vencimento:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
2.016		364.166
2.017	272.020	308.207
2.018	383.028	183.232
2.019	20.646	3.225
2.021	829	
2.022	39	
	<u>676.563</u>	<u>858.830</u>

Notas explicativas em 30 de junho de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma
16 Obrigações sociais e estatutárias

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
FATES - Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (i)	5.973	2.698
Cotas de capital a pagar	<u>5.780</u>	<u>5.724</u>
	11.753	8.422
Passivo circulante	<u>9.990</u>	<u>6.550</u>
Exigível a longo prazo - Cotas de capital a pagar	<u>1.764</u>	<u>1.872</u>

(i) O FATES é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos associados, seus familiares e empregados da Cooperativa e é constituído por 5% das sobras líquidas do exercício e pelo resultado líquido, deduzidos os tributos, de operações com não associados (Nota 20.2).

17 Obrigações fiscais e previdenciárias

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	80	26
Impostos de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ	98	20
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	1.222	632
Contribuição Previdenciária - INSS	559	521
Programa de Integração Social - PIS	26	20
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	60	37
Imposto sobre Serviços - ISS	50	22
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	113	155
Outros	<u>3</u>	<u>2</u>
	<u>2.212</u>	<u>1.435</u>

18 Outras obrigações

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Cheques administrativos	4.164	6.866
Despesas com pessoal a pagar	4.372	3.733
Cheques descontados	636	639
Fornecedores de bens e serviços	1.685	1.343
Procapcred (i)	13.218	20.063
Instrumentos financeiros e derivativos		593
Outras	<u>9.983</u>	<u>7.111</u>
	<u>34.057</u>	<u>40.347</u>
Passivo circulante	<u>34.033</u>	<u>40.310</u>
Exigível a longo prazo	<u>24</u>	<u>37</u>

Notas explicativas em 30 de junho de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Refere-se a obrigação assumida pelo Sicoob Cocred, até março de 2014, decorrente das operações de PROCAPCRED (Nota 23).

19 Provisões para contingências

Para fazer face às eventuais perdas que possam advir de determinadas questões em discussão judicial e administrativa, o Sicoob Cocred, considerando a natureza, a complexidade dos assuntos envolvidos e a avaliação de seus assessores jurídicos, mantém provisão para contingências tributárias e trabalhistas, classificadas como de risco provável, em montantes considerados suficientes para cobrir perdas em caso de desfecho desfavorável dessas questões.

Nas datas das demonstrações financeiras, o Sicoob Cocred apresentava os seguintes passivos relacionados às contingências:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Tributárias (substancialmente, IRRF (i))	158.657	120.481
Trabalhistas		46
Garantias Prestadas	<u>1.481</u>	<u>998</u>
	<u>160.138</u>	<u>121.525</u>

(i) O Sicoob Cocred questiona judicialmente a retenção do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF incidente sobre os rendimentos de aplicações financeiras auferidos por seus associados nas operações realizadas com o Sicoob Cocred. Consequentemente, vem registrando as correspondentes obrigações, que em 30 de junho de 2017 correspondem a R\$ 148.538, bem como efetuou depósitos judiciais, relacionados a esse assunto, no mesmo montante (2016 - R\$ 120.397).

(a) Processos classificados como possível perda

O Sicoob Cocred não possui processos em andamento classificados como de possível perda.

(b) Discussão dos autos de infração do Pis e Cofins

Em 21 de setembro de 2015 a Sicoob Cocred teve ciência do despacho proferido pela 3ª Turma do CARF, da Receita Federal do Brasil, sobre os processos 16327.000482/2005-78 e 16327.000316/2004-91, que tiveram origem nos Autos de Infração sobre PIS dos anos de 2000 a 2003 e COFINS do ano de 1999, sobre rendimentos de aplicações financeiras que o Sicoob Cocred manteve em sociedades não cooperativas no período, com a decisão de que há a incidência dos referidos impostos por se tratarem de atos não cooperativos. Tratando-se de decisão irrecurável no âmbito administrativo, o Sicoob Cocred, em 18 de dezembro de 2015, com base na opinião dos seus assessores jurídicos, ingressou na Justiça Federal com uma Ação Anulatório de Débitos Tributários, efetuando os depósitos judiciais dos valores de R\$ 1.132 e R\$ 1.288 Pis e Cofins respectivamente e, com isso, os créditos tributários tiveram sua exigibilidade suspensa. Em 07 fevereiro de 2017 a Sicoob Cocred teve ciência do despacho proferido pela 3ª Turma do CARF sobre o processo 16327.000483/2005-12 que teve origem nos Autos de Infração sobre COFINS dos anos de 2000 a 2003 sobre rendimentos de aplicações financeiras que o Sicoob Cocred manteve em sociedades não cooperativas no período. Tratando-se de decisão irrecurável no

Notas explicativas em 30 de junho de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

âmbito administrativo, a Sicoob Cocred com base na opinião dos seus assessores jurídicos ingressou na Justiça Federal com uma Ação Anulatório de Débitos Tributários e completou seus depósitos judiciais no montante de R\$ 6.621. Em 30 de junho de 2017 os valores montam R\$ 1.355, R\$ 1.542, e 6.924 respectivamente.

20 Patrimônio líquido

20.1 Capital social

- (i) O capital é representado por cotas no valor nominal de R\$ 1,00 cada.

20.2 Destinações estatutárias e legais

De acordo com o estatuto social da cooperativa e com a Lei nº 5.764/71, quando do encerramento do exercício social, em 31 de dezembro de cada ano, a sobra líquida apurada terá a seguinte destinação:

- 10% para a Reserva legal, cuja finalidade é reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades;
- 5% para o Fundo de assistência técnica, educacional e social - FATES destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos associados, seus familiares e empregados do Sicoob Cocred;
- Juros sobre o capital integralizado de até o limite do índice percentual da Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação de Custódia - SELIC;

Além destas destinações, a Lei no. 5.764/71 prevê (i) que os resultados positivos das operações com atos não-associados serão destinados ao Fundo de assistência técnica, educacional e social – FATES; (ii) que a perda apurada no exercício será coberta com recursos provenientes da Reserva legal e, se insuficiente esta, mediante rateio, entre os associados e (iii) que a Assembleia Geral poderá criar outras reservas (fundos), inclusive rotativos, com recursos destinados para fins específicos fixando o modo de formação, aplicação e liquidação.

20.3 Aprovação das destinações

As destinações das sobras dos exercícios sociais de 2016 e de 2015 foram aprovadas nas assembleias gerais ordinárias realizadas em 22 de março de 2017 e 23 de março de 2016, respectivamente.

Adicionalmente, na Assembleia Geral Ordinária de 22 de março de 2017, foi deliberada a destinação do saldo de Sobras à disposição da assembleia para reserva legal, no montante de R\$ 7.048, para Capital social, no montante de R\$ 9.242, para o Fundo de assistência técnica, educacional e social – FATES, no montante de R\$ 1.500 e o saldo remanescente, no montante de R\$ 13.831, foi distribuído aos associados.

Adicionalmente, na Assembleia Geral Ordinária de 23 de março de 2016, foi deliberada a destinação do saldo de Sobras à disposição da assembleia para reserva legal, no montante de R\$ 2.792, para Capital social, no montante de R\$5.620, para o Fundo de assistência técnica, educacional e social – FATES, no montante de R\$ 698 e o saldo remanescente, no montante de R\$ 7.847, foi distribuído aos associados.

Notas explicativas em 30 de junho de 2017
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma
20.4 Realização da Reserva legal

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 22 de dezembro de 2010, foi aprovado que os recursos destinados a Reserva Legal serão utilizados para suprir as despesas com bens e serviços diretamente relacionados à expansão geográfica dos serviços do Sicoob Cocred, bem como os custos de melhorias e benfeitorias necessárias para o aumento da capacidade operacional do Sicoob Cocred, além de sua utilização para reparar perdas e atender ao desenvolvimento das atividades da Cooperativa, nos termos do parágrafo 1º do Artigo 62 do Estatuto Social do Sicoob Cocred.

21 Outros dispêndios administrativos

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Serviços do sistema financeiro	(2.150)	(2.552)
Despesas de comunicação	(1.057)	(1.011)
Aluguéis	(1.245)	(1.146)
Serviços diversos contratados	(4.272)	(4.097)
Vigilância e segurança	(1.570)	(1.463)
Propaganda, publicidade, promoções e relações públicas	(1.829)	(989)
Depreciação e amortização	(1.857)	(1.666)
Manutenção e conservação de bens	(715)	(727)
Despesas de transporte	(757)	(706)
Rateio de Despesas Sicoob Confederação	(1.373)	
Outros	(2.659)	(3.328)
	<u>(19.485)</u>	<u>(17.684)</u>

22 Outros ingressos operacionais

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Ingressos de depósitos intercooperativos (Nota 5 e 25.2)	1.153	1.778
Atualização de CPRF (Nota 8)	512	888
Recuperação de créditos baixados (Nota 6.4)	6.158	12.281
Atualização de títulos e créditos a valor de mercado (Nota 8)	870	3.863
Distribuição de sobras e dividendos de investimentos (Nota 10)	4.093	4.188
Ganhos na venda de bens não de uso próprio (Nota 8)	1.054	774
Juros sobre venda de bens não de uso próprio (Nota 8)	6.518	4.925
Outros	4.314	4.407
	<u>24.671</u>	<u>33.104</u>

Notas explicativas em 30 de junho de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

23 Outros dispêndios operacionais

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Descontos concedidos	(2.765)	(1.718)
Recursos Procapcred (i)	(6.468)	(7.557)
Estorno de juros sobre venda de bens não de uso próprio	(419)	(4.255)
Cofins Judicial (Nota 19)	(6.621)	
Outros (inclui descontos concedidos na negociação de CPRFs)	<u>(5.373)</u>	<u>(2.366)</u>
	<u>(21.646)</u>	<u>(15.896)</u>

(i) Refere-se a gastos incorridos pelo Sicoob Cocred sobre a assunção da dívida do PROCAPCRED de seus associados limitado ao spread médio de sua carteira de crédito (Nota 18)

24 Partes relacionadas
24.1 Pessoal chave da administração
24.1.1 Remuneração do pessoal chave da administração

O pessoal-chave da administração inclui os membros da Diretoria, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal. A remuneração paga ou a pagar pelos serviços desses profissionais refere-se exclusivamente aos honorários da diretoria, as cédulas de presença dos conselheiros e aos correspondentes encargos trabalhistas que, no semestre findo em 30 de junho de 2017, montaram a R\$ 1.506 (2016 - R\$ 1.301).

24.1.2 Saldos e transações com o pessoal chave da administração

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
(a) Principais saldos		
Ativo		
Operações de crédito - circulante	17.140	15.067
Outros créditos - circulante	1.169	683
Operações de crédito - não circulante	6.171	7.860
Outros créditos - circulante	9.271	
Passivo		
Depósitos a vista e a prazo	28.445	28.754
LCA	21.951	11.720
Patrimônio líquido		
Capital social	3.971	3.514
(b) Principais operações		
Ingresso com operações de crédito	1.021	895
Ingresso com outros créditos	610	
Dispêndio com captação	2.822	2.702

Notas explicativas em 30 de junho de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As operações de crédito, as LCAs e os depósitos à vista e sob aviso são realizados nas mesmas condições que as operações realizadas com os demais associados.

24.2 Copmob Empreendimentos Imobiliários S.P.E. Ltda. ("Copmob")

A Copmob é uma sociedade de propósito específico, do tipo limitada, sediada em Sertãozinho - SP, para atuação no ramo de empreendimentos imobiliários. A Copmob é controlada pela Cooperativa dos Plantadores de Cana do Oeste do Estado de São Paulo - Copercana e é administrada por administradores comuns ao Sicoob Cocred.

A Copmob foi constituída em 1º de novembro de 2011 e as operações e saldos estão demonstrados a seguir.

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
24.2.1 Principais saldos		
Ativo realizável a longo prazo		
Outros Créditos (Nota 8 (iii))	9.282	8.231
24.2.2 Principais operações		
Juros sobre a venda de bens (Notas 8 (iii) e 23)	541	540

25 Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo - Sicoob São Paulo

O Sicoob Cocred, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à Cooperativa Central de Crédito do Estado de São Paulo – Sicoob São Paulo que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

25.1 Atribuições estatutárias

O Sicoob São Paulo tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômicos financeiros e assistenciais de interesse das filiadas, integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas emitidas pelo Banco Central do Brasil - BACEN, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao Sicoob São Paulo a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação de suas filiadas, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

Notas explicativas em 30 de junho de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

25.2 Saldos e transações com o Sicoob São Paulo

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
25.2.1 Principais saldos		
Ativo circulante		
Relações interfinanceiras (Nota 5)	25.863	23.579
Títulos e valores mobiliários (Nota 4)	428.820	187.128
Ativo realizável a longo prazo		
Títulos e valores mobiliários (Nota 4)		316.695
Ativo permanente		
Investimentos (Nota 10)	42.763	42.308
Principais operações		
25.2.2 Ingressos de títulos e valores mobiliários (Nota 4)	25.301	26.519
Ingresso de depósitos intercooperativos (Nota 22)	1.153	1.778

O Sicoob Cocred responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo Sicoob São Paulo perante terceiros, até o limite do valor das quotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

26 Instrumentos financeiros
25.1 Identificação e valorização dos Instrumentos financeiros

O Sicoob Cocred opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, LCAs, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos, conforme critérios mencionados nas correspondentes notas explicativas.

26.2 Derivativos

No semestre findo em 30 de junho de 2017, o Sicoob Cocred realizou operações no mercado futuro, com o propósito de se proteger contra o risco de flutuações nos preços das commodities negociadas nas operações com Cédulas de Produto Rural Financeira – CPRF (Nota 8). Essas operações resultaram em ganhos no montante R\$ 240, registradas como Resultado com instrumentos financeiros, no resultado do semestre (2016 – perdas no montante R\$ 403), os quais não devem ser avaliados isoladamente, mas sim, contrabalanceados com os resultados das operações com CPRF (Nota 22 e 23). Adicionalmente, em 30 de junho de 2017 o Sicoob Cocred possui instrumentos financeiros derivativos em linha com estratégias financeiras aprovadas em política de investimentos da Cooperativa (Opções).

Notas explicativas em 30 de junho de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

27 Gerenciamento de riscos

Conforme preceitua o artigo 11 da Resolução CMN 3.721/2009, o Sicoob Cocred aderiu à estrutura única de gestão do Risco operacional, Risco de mercado e Risco de Crédito do Sicoob, centralizada no SICOOB Confederação, a qual se encontra evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

27.1 Risco operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional que foi aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação, entidade responsável por prestar os serviços de gestão centralizada do risco operacional para as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos e Riscos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

Em cumprimento à Resolução CMN 3.380/2006, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

27.2 Riscos de mercado e liquidez

O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob Cocred objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída na Resolução CMN 3.464/2007 e 4.090/2012.

Conforme preceitua o artigo 11 da Resolução CMN 3.721/2009, o Sicoob Cocred aderiu à estrutura única de gestão dos riscos de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), que pode ser evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos padronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (*trading*) e não negociação (*banking*), de mensuração do risco de mercado de estabelecimento de limites de risco, de testes de *stress* e de aderência do modelo de mensuração de risco (*backtesting*).

No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de *stress* e planos de contingência.

Notas explicativas em 30 de junho de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Não obstante a centralização do gerenciamento do risco de mercado e de liquidez, o Sicoob Cocred possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de mercado da entidade.

27.3 Risco de crédito

O gerenciamento de risco de crédito do Sicoob Cocred objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Conforme preceitua o artigo 10 da Resolução CMN nº 3.721/2009, o Sicoob Cocred aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do Sicoob, centralizada no Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br. Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, o Sicoob Cocred possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

27.4 Gerenciamento de capital

A estrutura de gerenciamento de capital do Sicoob Cocred objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN 3.988/2011.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.988/2011, o Sicoob Cocred aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do Sicoob com objetivo de:

- a) avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do Sicoob estão sujeitas;
- b) planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do Sicoob;
- c) adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do Sicoob.

Notas explicativas em 30 de junho de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

28 Garantias

Em 30 de junho de 2017, o Sicoob Cocred é avalista em operações realizadas por determinados associados, principalmente junto ao BNDES, no montante total de R\$ 104.149 (2016 - R\$ 110.261), referentes a avais prestadas em operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para perdas é constituída em montante julgado suficiente pela administração para cobrir eventuais, contemplando todos os aspectos determinados na Resolução CMN nº 2.682, que determina a classificação das operações por nível de risco.

29 Cobertura de seguros

Em 30 de junho de 2017, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores, benfeitorias em propriedades de terceiros e imóveis e veículos de propriedade do Sicoob Cocred.

Sertãozinho/SP, 27 de julho de 2017.

ADEMIR JOSÉ CAROTA

Contador - CRC 1SP 259963/O-8

CPF. 303.381.738-62

ANTONIO EDUARDO TONIELO

Pres. do Conselho de Administração

CPF. 053.128.258-91

MANOEL CARLOS DE AZEVEDO ORTOLAN

Vice Pres. do Conselho de Administração

CPF. 442.235.018-87

CLAUDIO AGOSTINHO NADALETO

Conselho Fiscal

CPF. 263.008.268-72

DANIEL ANNIBAL

Conselho Fiscal

CPF. 020.047.458-86

GASPAR CARMANHAN DA SILVEIRA

Conselho Fiscal

CPF. 228.071.878-20

MÁRCIO FERNANDO MELONI

Diretor Adm. e Financeiro

CPF.020.627.168-93

FRANCISCO CÉSAR URENHA

Diretor de Crédito

CPF. 002.749.498-57

VINICIUS GRASSI PONGITOR

Diretor de Negócios

CPF. 172.200.438-05

ANTÔNIO CLÁUDIO RODRIGUES

Diretor Adjunto

CPF. 048.589.888-80

MARCOS ROBERTO PETRI

Diretor Adjunto

CPF. 100.676.428-37